

## Insalubridade: Sindicato reúne-se com Reitoria no DPME e define nova orientação aos servidores

A pedido do Sintunesp, aconteceu nesta quinta-feira, 8/6/2017, uma reunião no Departamento de Perícias Médicas do Estado (DPME). Além dos representantes do Sindicato, participaram os responsáveis pelo DPME e membros da Reitoria da Unesp (o professor Leonardo Theodoro Bull, pró-reitor de Administração, Kátia Aparecida Biazotti, do CRH, e o médico Walnei Fernandes Barbosa, da Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalhador e Sustentabilidade Ambiental-COST-SA). O objetivo da reunião foi esclarecer uma série de dúvidas do Sindicato em relação à avaliação/revisão do Adicional de Insalubridade que vem ocorrendo na Unesp.

Os representantes do DPME explicaram que este processo precisa ser feito em todos os setores do serviço público estadual, sendo reavaliado a cada cinco anos. Mas foram categóricos em afirmar que só haveria alteração no adicional recebido pelo servidor (para mais ou para menos) se ocorrer mudança de cargo ou função, alguma modificação significativa e suas atribuições e/ou nas atividades relacionadas à rotina de trabalho, e, ainda, se houver nova avaliação pericial modificando os graus atribuídos ao local ou atividade. Sem estas condições, o adicional não sofrerá mudanças.

Em relação à presença de peritos durante o processo, os representantes do DPME consideram que este requisito vem sendo cumprido. Eles dizem que, sempre que há grandes divergências nas informações, o órgão envia um perito para investigar a polêmica.

### Gabaritos desatualizados

As análises feitas pelos peritos do DPME são por meios de gabaritos. O Sintunesp cobrou que estes gabaritos se encontram desatualizados, prejudicando a avaliação justa. Houve a cobrança dos representantes do DPME aos responsáveis da Unesp a atualização dos gabaritos de cada local de trabalho, que servem de base para a análise dos casos de insalubridades. Isto pode gerar distorções, pois muitos locais sofreram mudanças, seja na estrutura do trabalho, nos equipamentos ou nas dependências físicas. Cabe aos RHs das Unidades enviarem os gabaritos atualizados e/ou sempre que houver mudanças.

### Servidor tem direito de questionar

Ainda de acordo com os representantes do DPME, qualquer servidor pode pedir a reavaliação da decisão sobre seu adicional de insalubridade, se considerar que ele não está correto, a qualquer momento. Da mesma forma, um servidor que não recebe o adicional, mas acha que tem direito, também pode e deve solicitá-lo.

Nestes dois casos, o servidor deve dirigir-se ao RH de sua unidade e solicitar os modelos para preencher, de acordo com seu caso.

**IMPORTANTE:** Não cabe ao RH “julgar” o mérito do pedido do servidor em nenhum tempo. Sua função é estritamente encaminhar a solicitação para a DPME.

### Readaptados

Servidores que recebem insalubridade e, por alguma razão, são readaptados de um local/função para outro/a não podem ter o adicional suspenso ou diminuído. Isso só poderá ocorrer após análise/parecer do DPME. No caso, cabe ao RH encaminhar o novo rol de atividades preenchido pelo servidor e com ciência do superior imediato em que informa a readaptação do servidor para o DPME.

### Conclusões e orientações do Sindicato

Importante lembrar também que o Sintunesp, através da Ação Civil Pública de nº 0016332-49.2001.8.26.0053, obteve junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo o direito de exigir da Unesp a necessária averiguação das condições de trabalho dos servidores, inclusive por meio de perícia. Para os advogados do Sintunesp, esta decisão, conjugada com a atuação do DPME, garantirá o cumprimento da decisão judicial.

Para conhecimento dos limites dessa decisão, foi entregue cópia para a médica perita responsável do DPME, o que permitirá ao Sindicato acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos em questão, destacando a possibilidade de, em caso de divergências, informar ao Juízo competente e solicitar a adoção das medidas necessárias.

Os representantes do Sintunesp saíram da reunião com a impressão de que uma nova alternativa se mostra importante ao servidor da Unesp, pois as questões relativas à insalubridade não ficarão mais restritas ao âmbito da Universidade, mas sim sob a competência de um órgão externo, que exercerá um controle normativo sobre as atividades insalubres, que até então sempre geraram controvérsias entre as partes.

Frente às explicações fornecidas na reunião, o Sintunesp orienta aos servidores que, ao serem chamados, participem do processo de reavaliação do Adicional de Insalubridade em curso na Unesp.

Caso se sinta prejudicado em alguma etapa do processo, especialmente após a divulgação dos pareceres do DPME, o servidor deve acionar o Sindicato imediatamente, para que tome as devidas providências em sua defesa.